

# FÉ E POLÍTICA



## Reflexões para as eleições municipais que se aproximam

# APRESENTAÇÃO

Em fevereiro, a Arquidiocese de Belo Horizonte iniciou a distribuição de uma publicação mensal com um conjunto de oito estudos a respeito das eleições deste ano, como forma de preparação da Arquidiocese para uma atuação mais cidadã dos cristãos daquela Igreja.

O CNLB pediu licença para reproduzir o material em sua página na internet e o remeteu para seu banco de e-mails (aliás, estará remetendo até o mês de setembro). Mas sabemos que muitos grupos de cristãos começam a se preparar para o ato cidadão das eleições a partir de julho. Por isso, preparamos este caderno. O material aqui reproduzido é todo ele fruto do trabalho do Núcleo de Estudos Sociopolíticos - NESP - da Arquidiocese de Belo Horizonte, a quem agradecemos novamente. Apenas algumas adequações foram feitas em virtude do formato, bem como a retirada de elementos que situavam as reflexões em tempos e locais definidos.

São oito encontros. Podem e devem se constituir em oito momentos de estudos e reflexões feitas em grupos. Se isso acontecer, o CNLB se sentirá no dever cumprido de formar os leigos e leigas na importante tarefa de participar politicamente da construção de uma nova cidade, novas estruturas políticas, novas formas de viver a democracia, a partir do próprio povo.

*Carlos Francisco Signorelli*  
*Presidente do CNLB*

**Publicação do Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB**

**Página na internet:** [www.cnl.org.br](http://www.cnl.org.br)

**E-mail:** [cnl@cnl.org.br](mailto:cnl@cnl.org.br)

**Responsabilidade:** Carlos Francisco Signorelli

**Ilustrações:** Son Salvador

**Maior/2008**

## 1

## FÉ E POLÍTICA: Uma Missão Possível?

Estamos iniciando, a partir de hoje, uma série de oito momentos de reflexão que nos ajudarão no entendimento do processo das eleições municipais deste ano. A Igreja acredita que a participação de eleitores bem informados contribuirá para que as eleições municipais sejam um passo importante na construção de uma sociedade mais justa, pacífica e harmoniosa.

Muita gente diz: *“votar pra quê? A gente vota, muda prefeito, muda vereador, mas parece que pouca coisa muda... Veja só: no meu bairro, a Prefeitura construiu um centro de saúde todo bonito, mas até hoje praticamente não tem médico atendendo. Só funciona pra vacinação e olhe lá... Já reclamamos com um vereador que se diz representante do bairro, mas ele só dá desculpa esfarrapada... Eu voto porque é obrigatório...”* Essas pessoas desanimam da política quando vêem coisas mal feitas. Mas nós não desanimamos! Ao contrário: o que estiver ruim, pode ser consertado; o que estiver bom, pode ficar ainda melhor!

Acreditamos, com a Igreja, que a política é “forma sublime de praticar o amor ao próximo”. Queremos estudar a realidade, buscar caminhos para melhorar nossa sociedade. A participação consciente do maior número possível de cidadãos é o caminho mais eficaz para construir no País uma verdadeira Democracia: política, social, cultural, étnica e econômica.

### POLÍTICAS PÚBLICAS

Vamos começar falando da participação da sociedade na definição das políticas públicas. Sua história começa há quase 800 anos. Isto mesmo: em 1215, quando os nobres da Inglaterra se revoltaram contra os altos impostos cobrados pelo rei. Para acabar com a revolta, o rei assinou a **Magna Carta** que, entre outras concessões de ordem jurídica e política, instituiu o controle dos impostos por um

Conselho de Barões. Até então, o poder do rei era absoluto: obrigava seus súditos a pagarem impostos e usava o dinheiro arrecadado como bem quisesse.

A partir daí, ele só poderia cobrar impostos com autorização do Conselho que dizia em quê o dinheiro deveria ser usado. Naquela época, nem se pensava em participação democrática do povo todo. Somente os nobres tinham assento no Conselho do Reino. Mas ali foi lançada a semente do Estado Constitucional moderno.

Surpreendente é que muita gente até hoje não entende que quem paga imposto tem direito a decidir sobre sua utilização. Os barões ingleses entenderam isso muito bem, mas reservaram esse direito para si. Só com muito tempo e muita luta política esse direito foi se estendendo até o povo. Este é um dos desafios do Estado democrático: criar instrumentos que permitam a todo povo decidir sobre o destino de impostos que paga. Esta é uma das mais antigas conquistas da democracia: quem exerce o poder público não é dono dos recursos arrecadados, mas sim uma espécie de gerente. Ele deve administrar a coisa pública, destinando os recursos conforme aquilo que foi decidido pelos cidadãos.



**Aqui chegamos ao ponto-chave:** todos pagamos impostos, queiramos ou não, porque os impostos sobre o consumo, por exemplo, incidem sobre qualquer coisa que se compre. Mas pouca gente, muito pouca gente, decide sobre o destino a ser dado aos impostos, isto é, em quê e como eles devem ser gastos.

Decidir sobre o destino que deve ser dado aos recursos arrecadados pelos impostos é uma das principais atribuições de quem faz política. Essa decisão cabe, em última instância, às pessoas que nós mesmos escolhemos para, em nosso nome, decidir sobre quanto gastar nas diversas áreas de interesse geral da população. Em outras palavras, elegemos governantes e legisladores para usarem o dinheiro dos impostos arrecadados em políticas públicas.

Todas as ações governamentais que atingem a sociedade, influenciando as condições de existência dos cidadãos, são chamadas de políticas públicas. Elas podem afetar os mais diversos setores da vida coletiva; por isso tratam da política econômica, ambiental, previdenciária, industrial, de segurança, de telecomunicações, tecnológica, prisional, cultural, energética, de relações internacionais, educacional, de saúde, monetária e outras. Algumas só podem ser definidas em âmbito federal (p.ex. defesa nacional) ou estadual (p. ex. segurança pública), mas as mais próximas do nosso dia-a-dia – as políticas sociais: ensino fundamental, saúde, lazer, transporte urbanos, saneamento e abastecimento de água etc. – são definidas pelos poderes municipais. **Daí a importância das eleições deste ano: nelas escolheremos quem vai definir os rumos das políticas públicas no município onde vivemos.**

## **IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO**

Com essas reflexões estamos nos unindo a todas as pessoas de boa-vontade para, com entusiasmo e esperança, influirmos positivamente nas eleições municipais deste ano. Não se trata de indicar partido nem candidatos, mas sim de colaborar para a construção de um município justo, harmonioso, pacífico e ecologicamente equilibrado. Queremos assim realizar a vocação dos “discípulos e missionários” de Jesus que se colocam a serviço do Reino de Deus – e isso significa, em sua dimensão política, uma sociedade conforme a promessa bíblica:

### **Para conversarmos um pouco:**

- **Existem instrumentos de Participação Popular em sua cidade? Quais?**
- **Você participa de algum instrumento de Participação Popular?**
- **Como fazer com que os cristãos e cristãs participem cada vez mais nos destinos da política em sua cidade?**

## 2

## Mudar o mundo a partir da nossa cidade

***“Da janela da minha cidade, enxergo o mundo”***

Carlos Drummond de Andrade

Na reflexão anterior discutimos a importância da participação de todos os cidadãos e cidadãs na definição das políticas públicas. Muitas pessoas, porém, dizem *“Que diferença eu posso fazer, se o centro das decisões está tão longe de nós? Será que minhas opiniões e reivindicações serão ouvidas no Congresso ou no Palácio do Planalto?”* De fato, a grande imprensa privilegia as notícias nacionais, dando a impressão de que somente em Brasília são tomadas as decisões políticas. Mas isto é um engano. Também na nossa cidade são tomadas decisões importantes.

Não poderia ser de outro jeito, pois é nos municípios que a gente mora, trabalha, estuda, educa os filhos, faz compras, se diverte, busca atendimento de saúde, coleta lixo e trata água e esgoto, precisa de iluminação pública, transporte, segurança e todos os serviços necessários à vida cotidiana. É o município que tem significado concreto no dia-a-dia das pessoas. Em casa ou na rua, sabemos que estamos morando e vivendo numa cidade.

Por tudo isso, é na política de nosso município que começa a participação cidadã. Isso não quer dizer somente votar, mas se interessar, compreender e se posicionar no processo político local, inclusive participando de uma campanha eleitoral ou de comitê contra a corrupção eleitoral. Pouco adianta reconhecer pela fotografia os políticos da nossa cidade, se não sabemos a quais grupos estão ligados, quais interesses representam ou quais têm sido suas lutas políticas.

Começando perto de nossa casa, influenciaremos também na política nacional. Uma liderança municipal pode projetar-se politicamente em âmbito estadual e federal, lutando por nossos direitos e reivindicando em favor de nossas causas, de modo a

integrar as lutas municipais às grandes causas nacionais. As lideranças locais que são fiéis às suas origens levam a voz de seus concidadãos até os mais distantes centros de poder. Por isso se diz, com toda razão, que devemos “*pensar globalmente e agir localmente*”.

## O MUNICÍPIO E O PLANETA

É isso! Agir no local onde vivemos é participar em movimentos e associações de bairro, na comunidade, na Igreja, em grupos de ação social, associações profissionais, sindicatos ou partidos, mas tendo um horizonte muito mais amplo. Não dá para olhar somente para os problemas da nossa comunidade, nosso bairro ou nosso município. Afinal, vivemos um tempo de globalização e o que acontece no outro lado do mundo pode ter conseqüências diretas em nossa vida. Basta lembrar a questão ecológica.

Um dos maiores problemas do mundo de hoje é o descuido com a **ecologia**. Seus sintomas são o aquecimento global, a poluição das águas e do ar, a perda da biodiversidade, a exaustão do petróleo, a acumulação do lixo na terra e no mar, a desertificação e a perda da capacidade de auto-regeneração da vida. Dentro de mais duas ou três décadas a Terra entrará em crise, gerando muitas convulsões sociais, a menos que haja uma radical mudança na estrutura produtiva e nos padrões de consumo da Humanidade. Por isso, a **agressão à natureza** deve ser encarada como uma **ameaça à paz mundial**.

As medidas que poderiam corrigir esse problema são barradas por empresas (para não diminuírem seus lucros), por países como China, Índia, Rússia e Brasil (que querem crescer rapidamente) e principalmente pelos Estados Unidos e outros países ricos (para não diminuir o nível de consumo). Diante desses gigantes globais, o movimento ecológico sente-se como o menino Davi diante de Golias: sua arma é apenas a consciência planetária. Cada dia aumenta o número de pessoas que buscam inovações e aceitam padrões de consumo mais simples para não prejudicar o meio-ambiente. Essa consciência de que somos todos responsáveis pela vida do nosso planeta rejeita a idéia de um progresso material sem limites e resgata o sentido da criação, pois

**“Deus tomou o Homem e o colocou no Jardim do Édem, para que o cultivasse e guardasse”. (Gn 2,15)**

## A VIDA DO PLANETA

Na Conferência de Aparecida, os bispos católicos da América Latina e Caribe pronunciaram-se sobre esse tema: *“como profetas da vida, queremos insistir que nas intervenções humanas sobre os recursos naturais não predominem os interesses de grupos econômicos que arrasam irracionalmente as fontes de vida, em prejuízo de nações inteiras e da própria humanidade. As gerações que nos sucederem têm direito de receber um mundo habitável, e não um planeta com ar contaminado, águas envenenadas e recursos naturais esgotados”*.



Sintonizados com esse desafio, voltemos para a realidade local: **nosso município e nossa comunidade** são a **base** do processo das necessárias **transformações sociais, econômicas e políticas** em escala mundial. Esse processo vai desde pequenos, mas importantes gestos de respeito ao meio-ambiente – como não desperdiçar água e energia e reciclar o lixo – até a definição e execução de uma política ambiental de âmbito nacional, continental e global. Mas **uma política ambiental começa no município**.

### Para conversarmos um pouco:

- O que significa *agir localmente e pensar globalmente* para uma política ambiental eficaz?
- O que isso tem a ver com uma eleição municipal?

## 3

## A participação do cidadão na gestão pública

Vamos nos lembrar que já falamos de políticas públicas, aquelas que devem ser executadas e pela União, outras pelos Estados. Ao município cabe tomar as medidas que afetam diretamente nosso dia-a-dia. Agora vamos refletir sobre isso, para apontar as formas de participação da população.

Cabe ao município definir e executar as ações referentes ao ensino fundamental, saúde, lazer, ocupação urbana, transporte municipal, coleta e tratamento do lixo, saneamento e abastecimento de água.

Cabe então perguntar como são definidas essas ações. Quem decide o que será feito? Pode-se garantir que os recursos públicos serão corretamente aplicados? Quem tem o poder de fiscalizar o cumprimento do que foi programado?

O sistema político brasileiro por muitos anos atribuiu a definição das ações ao Poder Executivo (o prefeito e os secretários por ele nomeados) e sua fiscalização ao Poder Legislativo (vereadores e vereadoras) e aos Tribunais de Contas (estaduais e da União). Nesse sistema, após eleger o prefeito e os vereadores, a população ficava sem meios de participar nas decisões: não opinava nem acompanhava a execução das políticas públicas.

Foi para mudar esse sistema que a Constituição de 1988 estabeleceu instrumentos de participação da sociedade nas ações governamentais e na sua fiscalização. Este é um dos motivos pelos quais ela ficou conhecida como “Constituição Cidadã”.

### **NÓS PODEMOS PARTICIPAR!**

Apesar de a Constituição ter sido aprovada há quase 20 anos, só agora a população começa a ver na prática suas inovações. Estamos aprendendo a recorrer ao Ministério Público. Em 2005, tivemos a experiência de um referendo (sobre o

comércio de armas) e em 1989 fizemos um plebiscito para escolher entre monarquia parlamentar e presidencialismo. Tivemos também aprovado um projeto de Lei de iniciativa popular contra a corrupção eleitoral (Lei 9.840). Mas nem todos sabem que a população pode propor leis nas câmaras municipais, desde que tenham um número mínimo de assinaturas fixado pela Lei Orgânica de cada município.



Importantes, também, são os **conselhos de cidadania ou de direitos**, órgãos compostos por representantes do governo e da sociedade civil. A sociedade participa por meio de entidades organizadas (sindicatos, associações, movimentos sociais, ONGs, etc.) que devem indicar seus representantes. Por meio deles, a sociedade participa da gestão pública fiscalizando, apresentando demandas, elaborando políticas públicas e até diretrizes de ação para o governo. Os conselhos podem ser municipais, estaduais e nacionais e atingem diversas áreas sociais, sendo alguns obrigatórios. No município existem os conselhos de Segurança Alimentar, Saúde, Criança e Adolescente, Assistência Social, Educação, Direitos da Mulher, Idoso, Meio Ambiente, Pessoa Portadora de Deficiência, além de outros nas áreas de desenvolvimento econômico e da cultura.

Os conselhos são espaços onde a população organizada influencia as ações governamentais. Quando funcionam bem, asseguram a eficiência das políticas públicas, impedem que o interesse privado prevaleça sobre o interesse público e tomam-se uma verdadeira escola de democracia.

*“Hoje, mais do que nunca, somos chamados ao serviço do homem como tal, não somente dos católicos. A defender, sobretudo e em toda parte, os direitos da pessoa humana. As condições atuais, as investigações, levaram-nos a realidades novas. Não é que o Evangelho tenha mudado; somos nós que começamos a compreendê-lo melhor”. (Papa João XXIII)*

Outro mecanismo de participação da sociedade na gestão governamental é o Orçamento Participativo. Embora não esteja previsto na Constituição Federal, disseminou-se pelo Brasil como forma de participação popular na definição do orçamento municipal. Em sua base, estão as assembleias periódicas, abertas a todos, em todos os bairros e distritos, tendo na pauta temas específicos. Qualquer cidadão pode pronunciar-se sobre como a prefeitura deve aplicar os recursos do orçamento destinados aos investimentos. Certos municípios adotaram consultas também pela Internet. Os representantes da população formarão um conselho anual que deve dialogar diretamente com os representantes da Prefeitura sobre a viabilidade das obras aprovadas nas assembleias.

## **VAMOS PARTICIPAR!**

Já que a experiência está dando certo, o desafio agora nos municípios onde já se pratica o Orçamento Participativo é aumentar a participação popular, criando mecanismos mais eficazes de acompanhamento e de cobrança. Nos outros municípios (que são a maioria), cabe à sociedade local se mobilizar e pressionar vereadores e prefeitos, a fim de que seja implantada essa forma de participação cidadã.

Para os cristãos, há um outro desafio especial. Em sua visita ao Brasil, Bento XVI referiu-se à Igreja como *“advogada da justiça e dos pobres”*. Isso significa que nossa participação não deve ser apenas para defender os interesses do nosso bairro ou dos setores aos quais estamos ligados, mas deve ter sempre presente o imperativo da justiça e o atendimento aos setores mais carentes da sociedade.

### **Para conversarmos um pouco:**

- Você participa ou já participou de algum conselho de cidadania? Ou de uma assembleia de Orçamento Participativo? Se sim, transmita sua experiência a outras pessoas. Se não, conhece alguém?
- Quais são os conselhos de cidadania que existem em seu município?

## 4

## Os três poderes da República

A Constituição do Brasil reconhece três Poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A divisão dos poderes é um dos pilares da democracia, porque impede que o poder se concentre nas mãos de um único mandante (como acontece nas ditaduras). Os três Poderes devem ser independentes - um não pode interferir no funcionamento do outro - mas devem funcionar em harmonia.

Ao Poder **Executivo** cabe governar, administrando os recursos públicos conforme determina a lei. Seus ocupantes, respectivamente o presidente da República, os governadores de Estado e os prefeitos nos municípios, não governam sozinhos, pois nomeiam ministros ou secretários para a execução das políticas públicas nas diversas áreas, os quais são responsáveis pela atividade dos órgãos e dos servidores públicos.

O Poder **Legislativo** é representado, em nível federal, pelos deputados federais e senadores (que formam o Congresso Nacional), em nível estadual, pelos deputados estaduais (Assembléias Legislativas) e nos municípios, pelos vereadores (Câmaras Municipais). São *parlamentares* cuja atribuição é de legislar e fiscalizar. Devem propor e votar leis, apreciar matérias apresentadas pelos outros poderes e pela população, fiscalizar as ações do Executivo, votar os orçamentos públicos e examinar as contas públicas.

O **Judiciário** não elabora leis, mas a ele compete interpretá-las e julgar suas pendências.

### O QUE PODEM FAZER O PREFEITO E OS VEREADORES(AS)?

O **prefeito** é o chefe do Poder Executivo local, cabendo a ele a administração geral do município. É esperado que o prefeito se aproxime do povo, ouça as lideranças e organizações comunitárias e esteja atento às necessidades de toda a

população, em especial, dos mais carentes. Porém, muita gente pensa que o prefeito tem mais poderes do que ele de fato tem. Do prefeito se esperam respostas a todos os problemas locais, mesmo que estejam fora de suas atribuições, como é o caso da segurança pública, por exemplo.

Infelizmente, é próprio da cultura brasileira que o prefeito substitua suas obrigações legais por atitudes assistencialistas e paternalistas. Ou seja, ele agrada o povo, mas deixa de planejar, coordenar e controlar as políticas públicas municipais e pouco favorece a integração do município em âmbito estadual.



Tanto quanto o prefeito, os vereadores e vereadoras são de fundamental importância para o município, ainda que nem sempre isso seja reconhecido. A palavra “vereador” vem do verbo “verear”, que no português arcaico estava associado a “cuidar de caminhos”. Daí, também, o sentido do vereador como o fiscal do povo em uma administração pública.

Hoje temos que as funções constitucionais do vereador são: **legislar e fiscalizar**. É necessário que haja o debate de idéias e projetos, para que não prevaleça o pensamento do mais forte mas a proposta com maior número de adeptos.

A bancada de vereadores da **situação** é formada pelos que defendem a administração e os projetos do Executivo, enquanto a bancada da **oposição** é formada pelos que buscam apontar os erros e irregularidades na administração

municipal. Entretanto, muitas vezes, ambos os lados exageram em suas posições: a situação fecha os olhos para as irregularidades, defendendo a Prefeitura a todo custo, enquanto a oposição faz uma crítica obstinada a tudo que venha do prefeito, dificultando, assim, a implementação de políticas que possam favorecer o município. Nos dois casos, quem perde é a população. Por isso, devemos estar atentos ao comportamento dos vereadores e cobrar para que em seus posicionamentos tenham como objetivo maior o bem comum.

Cabe, ainda, ao vereador exercer o papel de **educador político**: em sua função de organizar e mobilizar a sociedade desde as bases, ele deve transmitir à população informações e conhecimentos que levem ao exercício pleno da cidadania na luta por seus direitos. Assim fazendo, ele ajudará outras pessoas a crescerem como lideranças na política local.

## VAMOS REFLETIR

Para concluir, uma reflexão: quanta **distorção** existe em nossa cultura política, que vê no vereador apenas uma “ponte” para encaminhar demandas pessoais junto ao Executivo! É como se ele tivesse sido eleito para abrir portas na Prefeitura... Pior ainda é ver no vereador quem pode conseguir os favores do prefeito e arrumar emprego, material de construção, cesta básica, consulta médica, outras coisas pessoais. Infelizmente, vereadores e prefeitos honestos que se negam a fazer isso são tomados como se não fossem bons. É preciso maior consciência política da população, para que os vereadores e prefeitos bem intencionados possam cumprir sua função, conforme o mandamento divino:

***“Não perverta o direito, não faça diferença entre as pessoas, nem aceite suborno, pois o suborno cega os olhos dos sábios e falseia a causa do justo”.***  
***(Dt 16,19)***

### Para conversarmos um pouco:

- Olhando atentamente a realidade do seu município o que você acha: os vereadores cuidam dos “caminhos do povo”? Deveriam cuidar melhor? Discuta sobre isso.
- O que podemos fazer, individualmente ou coletivamente?

## 5

## Voto: a força da Cidadania

Você ainda se lembra em quem votou para vereador em 2004? Se respondeu sim, parabéns! Pois as pesquisas mostram que a maioria dos eleitores não consegue responder a essa pergunta.

Ao votar em uma pessoa, transferimos para ela um poder que pertence a cada cidadão e cidadã. É como se passássemos uma procuração para que outra pessoa decida em nosso nome, por um período de quatro anos. Por isso, todo cidadão tem o direito de cobrar dos eleitos que cumpram os compromissos assumidos na campanha e que trabalhem de maneira ética e responsável.

Nos tempos do império, só os homens livres, proprietários ou que provavam ter certa renda anual, podiam votar. A República ampliou o número de eleitores, mas **até 1930** eles não chegavam a **5%** da população total. Só em **1933** o direito de voto foi estendido às mulheres. Mas as pessoas analfabetas, soldados, cabos, índios e os jovens entre 16 e 18 anos **só em 1988** conquistaram o direito de voto.

Hoje o Brasil já tem mais de 100 milhões de pessoas legalmente aptas a votarem. É um grande avanço para a democracia, mas infelizmente nem todas essas pessoas conhecem as regras jurídicas do processo eleitoral.

### A CORRUPÇÃO

A corrupção é um dos maiores inimigos do povo e da democracia. Infelizmente, ela existe por toda parte. Em nosso país suas formas mais freqüentes são o *clientelismo* e a corrupção eleitoral. É preciso saber como funcionam, para que sejam denunciadas e eliminadas.

Os cargos políticos trazem muitas vantagens pessoais para quem os conquista. Além das **vantagens legítimas** previstas por lei (como a boa remuneração, a imunidade parlamentar e a contratação de assessores), eles abrem possibilidade também para vantagens **ilegítimas** decorrentes do uso do poder público para alcançar benefícios privados. Isso se dá, por exemplo, quando o Executivo contrata empreiteiras que praticam o superfaturamento ou que fazem obras com material de

qualidade inferior ao previsto e embolsam a diferença. Depois dividem o lucro ilegal seja como financiamento para a campanha eleitoral, seja como depósito fora do Brasil.

No caso de *parlamentares*, a forma mais usual de corrupção está na **venda do voto** para certos projetos de lei. Um exemplo: num bairro onde só são permitidas residências até quatro andares, uma empresa imobiliária quer construir grandes edifícios e tem grande interesse em ver aprovada uma lei que mude a lei municipal. Alegando que o projeto favorecerá o desenvolvimento urbano, a maioria dos vereadores o aprovará, recebendo depois um apartamento cada um... Esta é uma forma de corrupção tão difícil de ser provada que alguns parlamentares chegam a dizer, cinicamente, que “é dando que se recebe”...

O profeta Jeremias assim descreveu esses políticos:

***“Como gaiola cheia de passarinhos, assim as casas deles estão de coisas roubadas. Eles se tornaram ricos e importantes, gordos e reluzentes.*** (Jr. 5, 27)

Políticos corruptos só conseguem alcançar seus propósitos encobrendo-os com falsas promessas ou comprando votos de pessoas que desconhecem o valor do seu voto. Aproveitam-se da necessidade econômica de muitos cidadãos honestos, para oferecerem benefícios de ordem material na certeza de que quem recebe tais benefícios só poderá retribuir com o voto nas eleições.

## **COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL - LEI 9840**

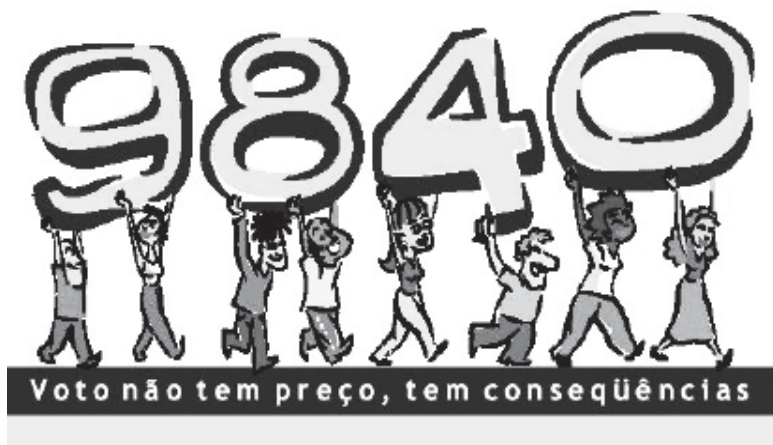
Foi para combater eficazmente essa forma perversa de compra de votos, que em 1997 a *Comissão Brasileira Justiça e Paz* (organismo vinculado com a CNBB) lançou a proposta de “Combate à Corrupção Eleitoral”. Ela obteve a adesão de muitos grupos e organizações e conseguiu reunir mais de um milhão de assinaturas para o Projeto de Lei de *Iniciativa Popular que foi aprovado* pelo Congresso Nacional e vigora como a Lei 9840, que pune a compra de votos com a perda do mandato.

Esta foi uma **vitória importante** na luta **contra a corrupção** e os resultados são animadores: uma pesquisa divulgada em outubro de 2007 revelou que desde o ano 2000, ano da primeira eleição em que foi aplicada a Lei 9840, a Justiça Eleitoral **cassou o mandato de 623 políticos acusados de compra de votos.**

## **VAMOS PARTICIPAR!**

É claro que ainda há muitos passos a dar para eliminar a corrupção da cena política brasileira, pois ainda existe candidato que compra e eleitor que vende

voto. O primeiro passo é a formação da consciência de que **“voto não tem preço, tem consequência”**. Outro passo importante é fazer que as **denúncias de corrupção** eleitoral cheguem ao **Ministério Público**. Para isso, o melhor instrumento de ação são os **Comitês de Combate à Corrupção Eleitoral**. Se houver pelo menos um comitê por município, só o medo de ser denunciado inibirá os políticos mal-intencionados.



Enfim, também na política vale a sabedoria do Evangelho: “pelos frutos, reconheceréis a árvore”: político que tem muito dinheiro para gastar na campanha, ou que distribui favores, certamente não é árvore boa porque, se for eleito, ele fará de tudo para recuperar tudo que tiver gasto na campanha...

Convém estar atento aos candidatos(a) que fazem doações para festas e eventos comunitários, oferecem faixas para festas religiosas, patrocinam torneios esportivos, facilitam consultas médicas e tratamento de dentes...

### Para conversar um pouco:

- Você conhece outras formas de corrupção no Legislativo?
- Você sabe de acusações de corrupção em outras esferas do Estado?
- Após refletir sobre tudo isso, vai aqui um desafio: o que faremos este ano para combater a corrupção eleitoral?

## 6

## O destino do nosso voto

Vamos, agora, tratar do *processo eleitoral* propriamente dito. Vamos entrar no assunto fazendo uma pergunta que pode até parecer boba:  **você sabe qual o destino do seu voto?** Muita gente pensa que o voto vai diretamente para o candidato, mas aí existe um “detalhe” ao qual é preciso ficar atento: a apuração dos votos em eleições *majoritárias* (como de prefeito) é muito diferente da apuração em eleições *proporcionais* (é o caso da eleição de vereadores).

Quando se trata de eleger **prefeito** municipal, os candidatos disputam **uma** única vaga, sendo eleito quem obtiver a maioria dos votos, por isso é uma eleição *majoritária*. Já na eleição de **vereadores** os candidatos e candidatas disputam **várias vagas** (municípios menores têm sete vereadores e os maiores podem ter até 51) e por isso é uma eleição *proporcional*. Aqui vem o “detalhe” que precisamos conhecer, para não nos deixarmos enganar por políticos espertalhões.



O detalhe que determina os eleitos é o *quociente eleitoral* (QE). (Se você quiser conhecer o QE do seu município, acesse a página do TSE: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)).

As vagas na Câmara Municipal não são preenchidas pelos candidatos com maior número de votos, e sim pelo **total** de votos dados aos **candidatos do mesmo Partido**. Ou seja, cada Partido soma a votação de todos os seus candidatos mais os votos na legenda. Se um Partido não alcançar o QE, não elegerá vereador e seus votos se “perdem”. Se alcançar o QE, elegerá um vereador; se tiver 2x o QE, elegerá dois, e assim por diante. Para preencher as últimas vagas, o número de votos necessários pode ser inferior ao *quociente eleitoral*. São as chamadas “sobras”, repartidas entre os Partidos que fizerem pelo menos um vereador.

É na distribuição das vagas a que tem direito o Partido, que valem os *votos nominais*. Se o Partido tiver direito a três vagas, serão eleitos os três candidatos mais votados do Partido. Normalmente nenhum vereador eleito teve votação suficiente para alcançar o QE. Eles só foram eleitos porque foram beneficiados pelos votos de seu Partido.

## IDENTIDADE PARTIDÁRIA

Esse sistema eleitoral contribui para garantir a representatividade dos cidadãos, porque o voto dado a um candidato menos votado ajuda a eleger outro candidato do **mesmo Partido**. Como os Partidos devem ter o mesmo **ideário** político, podemos esperar que todos os candidatos e candidatas do mesmo partido se identifiquem com o seu **projeto**. Daí a importância de terem os candidatos a mesma identidade partidária, não reduzindo o Partido a uma simples legenda eleitoral. Havendo coerência partidária, não existe “voto perdido” em eleições *proporcionais* (exceto quando o Partido não alcança o *quociente eleitoral*).

Mas esse sistema pode também **distorcer a representatividade** ao facilitar a eleição de políticos profissionais que estimulam a candidatura de pessoas desinformadas, somente para acrescentarem votos ao seu Partido. Tais políticos induzem pessoas estimadas em suas comunidades a se candidatarem à Câmara de Vereadores, porque elas trazem votos sem contudo colocarem em risco seu favoritismo. Passadas as eleições, essas pessoas descobrem que foram usadas apenas como *alavancas* eleitorais.

Talvez você conheça um desses casos em que a *politicagem* prejudica as comunidades: uma pessoa de liderança se candidata a vereador, vê seus votos

favorecerem quem não merece e frustra-se com a política. Isso não acontece com quem sabe que sua candidatura visa apenas colaborar com seu Partido. Quando, porém, a pessoa é envolvida na campanha na ilusão de conseguir eleger-se, a frustração pode ser grande. Em geral, sua campanha não destaca o Partido, mas sim sua vida pessoal e familiar, sua participação na Igreja, sua honestidade pessoal e outros temas alheios à política. Por isso não são raros os casos em que líderes usados para alavancarem campanhas de políticos profissionais provocam divisões na comunidade.

## VAMOS PARTICIPAR!

É evidente que os cristãos leigos e leigas podem e devem participar de campanhas eleitorais, mas é preciso que essa participação tenha bem clara as regras do jogo eleitoral. E nunca esquecer a recomendação de Jesus:

*“Eis que vos envio como ovelhas no meio de lobos; sede pois prudentes como as serpentes e simples como as pombas” (Mt. 10, 16).*

Entender o atual sistema eleitoral, com suas regras de afiliação partidária e apuração dos votos, é importante para saber qual será o **destino do nosso voto**. Voto para vereador não se “perde”, porque conta como legenda para um Partido. Informar-se sobre os outros candidatos lançados pelo Partido do candidato em quem desejamos votar, é tão ou mais importante quanto informar-se sobre suas qualidades e sua capacidade para o exercício de cargo político. Não esquecer que o voto vai **primeiro** para o **Partido** e só **depois** para o **candidato**.

Agora que você conhece o “detalhe” aonde pode se esconder a *politicagem* nas eleições para vereador, vamos refletir sobre os candidatos e candidatas que estão pedindo o nosso voto.

### Para conversarmos um pouco:

- Como essas pessoas apresentam seu Partido?
- Elas são parte de um projeto político-partidário sério e democrático, ou só vão “alavancar” algum político profissional?
- Você está disposto a colaborar para a vitória de uma candidatura na qual confia? Se você tem vontade de colaborar, ótimo! Mas não se deixe iludir por políticos espertalhões.

## 7

## Eleger para quê?

Estes momentos de reflexão estão nos levando a pensar sobre a participação cidadã nas políticas públicas. Essa participação tem seu ponto mais visível no processo eleitoral, quando a população toda escolhe quem em nome dela vai definir, gerir e fiscalizar as políticas públicas, mas de modo nenhum termina no dia da eleição.

Quando falamos sobre a divisão dos Poderes como um dos pilares da democracia, dissemos que em geral o povo espera do Executivo mais do que ele pode fazer, mas desconhece a importância do Legislativo. Essa concepção é prejudicial à democracia porque a participação da sociedade junto ao Poder Legislativo é indispensável no combate à corrupção. E essa participação deve começar desde a sua base, isto é, nas Câmaras Municipais.

Sabemos que a autonomia política do município significa, entre outras coisas, que prefeito, vice-prefeito e vereadores são eleitos pelo voto secreto e direto dos cidadãos e cidadãs daquele município. Mas pouca gente sabe o que fazem os vereadores e vereadoras depois de empossados. Para esclarecer esse assunto, vejamos qual é seu trabalho na Câmara Municipal e como podemos acompanhá-lo.

### FUNÇÕES DO LEGISLATIVO

A **Câmara Municipal** representa o Poder Legislativo em âmbito local, tendo as funções de **legislar** e **fiscalizar** o Poder Executivo. Por isso, os vereadores podem redigir e aprovar determinado tipo de lei. Já sua função fiscalizadora é exercida quando votam o orçamento municipal, examinam e julgam as contas apresentadas pelo prefeito e acompanham a execução orçamentária.

Para realizar essas funções, os vereadores elegem a *Mesa Diretora* e compõem as *Comissões Permanentes*. Elas devem emitir parecer sobre assunto de sua competência específica, realizar investigações e representar a Câmara. Cada Câmara cria Comissões conforme a realidade local, mas duas não podem faltar: a de Justiça (para analisar a fundamentação legal dos projetos de lei) e a de Finanças

(para fiscalizar e emitir parecer sobre as contas do Executivo). Em municípios grandes são frequentes também as Comissões de Educação, Saúde, Obras, Administração Pública, Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Direitos Humanos.

Além de participarem das sessões plenárias, **os vereadores e vereadoras devem participar de pelo menos uma Comissão permanente**. Ou seja, se estiverem dispostos a trabalhar, a Câmara Municipal abrirá um grande leque de atividades possíveis. Mas, se não quiserem cumprir seu mandato com responsabilidade, o que a população poderá fazer? **Quem fiscaliza os vereadores para saber se eles estão mesmo trabalhando em favor da população?**

## ACOMPANHAMENTO DO PODER LEGISLATIVO



Em 1996, a *Campanha da Fraternidade* teve como tema “Fraternidade e Política”, tendo suscitado muitas reflexões e debates, como os que foram tratados nestes boletins mensais. Um desses debates foi justamente sobre o acompanhamento do Poder Legislativo desde a base municipal.

Em resposta a esse desafio, surgiram em diversos municípios **Grupos de Acompanhamento ao Legislativo - GAL**. Seu objetivo é fiscalizar de forma **permanente** a atuação dos vereadores na Câmara Municipal. O GAL respalda sua legitimidade no próprio significado da democracia representativa: se os vereadores são representantes do povo porque foram eleitos pelo voto popular, é direito do povo acompanhar o que fazem seus representantes. Assim, é em nome dos elei-

tores que atua o GAL. Veja como cabem aqui as palavras de Jesus a Nicodemos:

**“Quem pratica o mal tem ódio da Luz e não se aproxima da luz, para que suas ações não sejam desmascaradas. Mas, quem age conforme a verdade, se aproxima da luz, para que suas ações sejam vistas, porque são feitas como Deus quer.”** (Jo 3, 20-21)

O GAL está aberto à participação de qualquer pessoa que queira exercer a sua cidadania, sem restrição a crenças religiosas nem ideário político. Mas o grupo enquanto tal não pode ter vinculação com qualquer partido político.

Sua atuação assume formas bem diversas, conforme a realidade municipal. Em geral, procura enviar seus membros para ouvirem os discursos e observarem o comportamento dos parlamentares nas **sessões da Câmara**. Também envia **cartas** aos vereadores cobrando uma postura ética e, quando é o caso, o voto em favor de projetos que beneficiem a população. Nos municípios onde atua o GAL logo começa a ser sentida a diferença nos trabalhos da Câmara. Pelo lado interno, porque recebe o apoio de **parlamentares éticos, que também combatem a corrupção e o clientelismo**; pelo lado externo, porque ajuda os **movimentos sociais locais a trazerem para a Câmara suas reivindicações**. Enfim, o GAL tem desempenhado com êxito uma **função educativa**, fazendo desenvolver-se uma **nova consciência política**.

## CONCLUINDO

Ficar parado, lamentando o que há errado na política, não leva a nada. Alhear-se da política é fazer de conta que não se vê o que está no nosso dia-a-dia.

Se desejamos para as futuras gerações um mundo mais justo, pacífico e equilibrado, não podemos nos tranquilizar porque a cada dois anos cumprimos o dever de votar, mas devemos desde agora fazer política. Seja participando da campanha eleitoral para eleger o candidato ou candidata em quem confiamos, seja participando de um *Grupo de Acompanhamento ao Legislativo*.

### Para conversarmos um pouco:

- Você já assistiu alguma sessão na Câmara de Vereadores?
- Se houvesse membros do GAL observando a sessão ela seria mais proveitosa para o povo?
- Então, o que podemos fazer?

## 8

## **Cidadania, ética e política: desafios para os cristãos**

Encerramos hoje a nossa atividade de reflexão política para as eleições municipais de 2008. Quem fez todas as reflexões, certamente terá percebido que foram feitas críticas a certas idéias inscritas na cultura política brasileira. Estamos diante de um grande desafio: é preciso mudar nossa cultura política, nosso modo de pensar, para desenvolvermos uma verdadeira democracia em nosso País.

É claro que isso poderá levar muito tempo, como acontece a toda mudança nas formas de pensar e de agir. Afinal, há apenas trinta anos, pouca gente se preocupava com a poluição dos rios. Muita gente jogava lixo no córrego, pensando que dali ele seguiria por algum rio até desaguar no mar, onde toda sujeira se dissolveria na enormidade das águas. Foi preciso muitas campanhas em favor da ecologia e do respeito à natureza, reforçadas por leis de proteção ambiental, para que essa mentalidade começasse a mudar. Hoje em dia, ninguém mais se sente no direito de jogar lixo nos córregos e rios, e quem o faz é objeto de censura dos outros. Assim também acontecerá com a consciência democrática: com perseverança, um dia teremos uma nova cultura política.

No dia 5 de outubro deveremos comparecer a uma seção eleitoral para votar, fazendo valer nosso direito de cidadãos e cidadãs. Muitas pessoas estarão colaborando como mesários ou fiscais de partidos, sentindo orgulho de prestarem um serviço à democracia. Dia de eleições deve ter um ar de festa cívica, ser um dia especial a partir do qual muita coisa poderá mudar em nossa cidade. Algumas pessoas, contudo, dirão que só votam por serem obrigadas e que o voto deveria ser facultativo. No fundo, prefeririam não se envolverem com a política, como se isso fosse possível. Não somos nós que nos envolvemos com política: é a política que nos envolve. A questão é saber como lidar com ela.

## ÉTICA DA POLÍTICA E NA POLÍTICA

Aqui entramos no ponto crucial: a ética da política. Desde a mobilização social do “*fora Collor*”, vem crescendo na sociedade brasileira a consciência da ética na política, isto é, o dever que têm os políticos de se comportarem conforme os preceitos da Democracia. Eles são obrigados a agirem com honestidade, fidelidade às promessas e a colocarem o bem-comum acima dos interesses individuais. Essa obrigação é tão forte que eles têm o mandato cassado quando se comprova que eles cometeram alguma corrupção. Não é como no regime militar, que cassou mandatos de políticos para calar as vozes que se opunham ao autoritarismo: hoje só pode ter o mandato cassado quem comete desvios na conduta ética. Mas esta dimensão da ética, embora muito importante, não esgota sua aplicação à política.

Por isso, falar de ética da política é dizer que a política deve ser a realização dos princípios éticos na esfera pública. E quando se pergunta quais seriam os princípios éticos fundamentais, isto é, aqueles dos quais não se pode abrir mão, a resposta está nos Direitos Humanos. No mínimo, os direitos que, tendo sido incluídos na Constituição, tornaram-se direitos extensivos a todos os cidadãos e cidadãs de um País. Ou seja, a política como atividade humana deve ser regida pelo cumprimento dos Direitos Humanos, segundo sua hierarquia: os direitos referentes à vida devem prevalecer sobre os direitos referentes às coisas, e os direitos referentes ao bem de todos devem prevalecer sobre os direitos referentes ao bem particular. Por exemplo: se for obrigado a cortar custos, o governo deve cortar antes o serviço da dívida pública do que os gastos com saúde e educação.

Isto nos ensina também o **Papa Bento XVI**, em sua encíclica sobre o amor. Sua reflexão sobre fé e política, e Igreja e Estado, conclui dizendo que o dever imediato de trabalhar por uma ordem justa na sociedade é próprio dos fiéis leigos. Estes, como cidadãos do Estado, são chamados a participar pessoalmente na vida pública destinada a promover o bem comum. Embora as manifestações específicas da caridade eclesial nunca possam confundir-se com a atividade do Estado, no entanto a verdade é que a caridade deve animar a existência inteira dos fiéis leigos e, conseqüentemente, também a sua atividade política vivida como “caridade social”.

## DO VOTO CONSCIENTE À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O tempo de preparação para as eleições municipais deve ser então dedicado à prática da verdadeira Política, que cria estruturas justas. O voto consciente é

importante, mas ainda mais importante é o trabalho de conscientização política que pode ser feito nesses dias que antecedem as eleições, quando política é assunto em qualquer conversa.

Você é agora convidado a dar passos em direção a ações concretas.

Esteja certo de que essa ação será de grande importância para construir em nosso País uma verdadeira Democracia: política, social, cultural, étnica e econômica. Mais que isso, ela fará a Igreja avançar em sua missão de anunciar e construir o Reino de Deus na história humana. Lembre-se sempre da exortação do Apóstolo:

**“Meus irmãos, se alguém disse que tem fé,  
mas não tem obras, que adianta isso?” (Tg 2, 14)**

### **Para conversarmos um pouco:**

- Após todas essas reflexões, temos que debater com outras pessoas a relação entre ética e política. Como fazer isso?
- Ainda há algum tempo para fazermos alguma coisa em nossa comunidade ou paróquia? O que, por exemplo?

**Importante:** O grupo, e cada pessoa individualmente, deve participar ativamente das eleições, apoiando a candidatura que lhes pareça trazer maior contribuição para uma cidade onde reinem a Justiça e a Paz.



## **O CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL - CNLB**

- é um organismo do Povo de Deus na Igreja no Brasil, e como tal tem presença e voz nas reuniões da CNBB, participando de todas as reflexões que dizem respeito à Igreja no Brasil.

Como organismo da Igreja no Brasil, o CNLB, além de uma Presidência nacional, está organizado nos 17 Regionais da CNBB e em mais de uma centena de dioceses.

Pertencem ao CNLB, em seus três níveis, além daquele laicato presente nas diversas pastorais e movimentos, leigos e leigas que assumem a vocação laical no tecido humano da sociedade, no mundo da economia, da educação e saúde, da família, da política.

*“Devem ser reconhecidos o valor e a eficiência dos Conselhos paroquiais, Conselhos diocesanos e nacionais de fiéis leigos e leigas, porque incentivam a comunhão e a participação na Igreja e sua presença ativa no mundo.”*

*(Documento de Aparecida)*



# CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL

## Presidência:

**Carlos Francisco Signorelli** - Campinas/SP - Presidente  
**Maria Juvanília S. Studart Gurgel** - Fortaleza/CE - Vice-Presidente  
**Sofia Rocha S. Cardoso** - Vitória da Conquista/BA - Secretária Geral  
**Maria Excelsa Teixeira** - Teresina/PI - Secretária Adjunta  
**Carlos Roberto de Sousa** - Divinópolis/MG - Tesoureiro Geral  
**Rita Rola Ragone Martins** - Juiz de Fora/MG - Tesoureira Adjunta

## Comissão de Fé e Política:

**Edson G. P. O. Silva** - São Paulo  
**Laudelino Augusto dos Santos Azevedo** - Minas Gerais  
**Mauro Kano** - São Paulo  
**Milton Pereira da Silva Filho - Mano** - Rio de Janeiro  
**Tales Falleiros Lemos** - Paraná

Para qualquer outra informação, ou para conversar conosco, acesse a página do CNLB:

**[www.cnl.org.br](http://www.cnl.org.br)**

ou entre em contato pelo e-mail:

**[cnl@cnl.org.br](mailto:cnl@cnl.org.br)**